

Especialização em Gestão de Políticas

Ambientais

1ª edição (2018-2020)

Programa

Brasília - DF

Setembro de 2018

SAIS – Área 2-A
70610-900 - Brasília – DF
Telefone: (61) 2020-3000

Esteves Pedro Colnago Junior

Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Francisco Gaetani

Presidente da Escola Nacional de Administração Pública

Iara Cristina da Silva Alves

Diretora de Formação Profissional e Especialização

Rodrigo Torres de Araújo Lima

Coordenador-Geral de Especialização

Equipe:

Bruna Danielly da Paz Tenório

Carlos Eduardo Alves da Silva

Eliane dos Santos Luz

Juliana Mota Loureiro

Marcelo Machado

Rachel Pereira Dorneles

Renata Regina Cerri Scarpim

Thais Oliveira

Willber da Rocha Severo

Estagiários:

Hellen Cristina Ribeiro Bastos

Matheus Alves Ribeiro

PROGRAMA DO CURSO

1. INTRODUÇÃO

A emergência da problemática ambiental, reconhecida de forma sistemática a partir da década de 1960, tem trazido uma série de desafios ao desenvolvimento das nações e ao bem-estar das sociedades.

A consolidação da agenda ambiental começou com a identificação dos problemas decorrentes da poluição química e da extinção de espécies, que foram o gatilho para as reações sociais que levaram aos primeiros ciclos de organização do movimento ambientalista. Concomitantemente, instituições de pesquisa e *think tanks* debruçaram-se sobre o problema do desenvolvimento econômico e dos impactos ambientais, reconhecendo que o aumento da população e da demanda por bens de consumo levaria à necessidade de se estabelecer limites para o crescimento. A pressão por um posicionamento alinhado sobre essas ameaças em nível global trouxe uma dimensão geopolítica para as questões ambientais e levou os países a se engajarem nas primeiras rodadas de consulta e negociação multilaterais.

Os diferentes níveis de desenvolvimento e bem-estar social das nações levaram, contudo, a uma polarização das posições quanto ao estabelecimento de limites para o crescimento, principalmente entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento. O fracasso das rodadas multilaterais de negociação demandou a construção de uma nova visão de crescimento global, alinhando as dimensões ambientais, sociais e econômicas, que deu origem ao conceito de desenvolvimento sustentável.

Internamente, os países passaram a assimilar a agenda ambiental para qualificar seus posicionamentos e iniciou-se um processo de institucionalização da temática nas estruturas de governo, com a criação das secretarias, ministérios e agências de meio ambiente. Contudo, a sensibilização crescente para as questões ambientais não impediu que impactos significativos continuassem ocorrendo, como os grandes acidentes nucleares e vazamentos de óleo, o avanço do desmatamento nas florestas tropicais e os primeiros sinais das mudanças climáticas, o que acabou elevando a problemática ambiental a uma ameaça global e reforçou a pressão da sociedade civil sobre os governos e empresas. Isso levou também a um maior engajamento do setor privado, reconhecendo a ameaça à própria dimensão econômica da sustentabilidade empresarial. Dessa forma, foram fomentadas iniciativas como a adoção de protocolos e normativos para a adequação dos processos produtivos, a criação e monitoramento de indicadores de sustentabilidade, a publicação de relatórios de desempenho ambiental e a responsabilização pela cadeia de custódia dos produtos e serviços.

No Brasil, leis e normativos que se destinaram a proteger determinados elementos da natureza, como espécies de árvores e animais com valor comercial, existem desde o século XIX. No século XX, a proteção à natureza passou a ganhar um caráter mais estruturante e universal, com a publicação de Leis como as primeiras versões do Código das Águas (1934), do Código Florestal (1965) e a criação de áreas protegidas por todo o território nacional. Contudo, foi apenas em 1981 que a temática ambiental ganhou uma visão integrada de Estado por meio da criação da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA). A PNMA trouxe como objetivo “a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana” (Art. 2º). A Constituição de 1988 reconheceu a importância do tema e consolidou a proteção ao meio ambiente ao estabelecer que “[t]odos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (Art. 225). Do ponto de vista institucional, os principais marcos de implementação da agenda ambiental foram a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), no âmbito do então Ministério do Interior, em 1973, a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em 1989, e a criação do Ministério do Meio Ambiente, em 1992.

O desenvolvimento institucional da área ambiental no Brasil foi fundamental para o avanço do arcabouço normativo, dos instrumentos de comando e controle e das iniciativas de fomento ao desenvolvimento sustentável. Contudo, uma abordagem setorial das questões relacionadas ao meio ambiente não é suficiente para dar conta do desafio e das oportunidades de desenvolvimento nacional que a agenda ambiental representa. Fatores como a perda de biodiversidade, o desmatamento e apropriação ilegal de recursos naturais, a degradação dos solos e a crise hídrica são ameaças estruturantes que levam à perda de competitividade e redução do bem-estar social, ameaçando o potencial de desenvolvimento do país. Ao mesmo tempo, o Brasil exerce liderança geopolítica na área ambiental, possui a maior biodiversidade do planeta, o maior estoque de florestas tropicais, um enorme potencial de produção de energias renováveis e um conjunto de políticas bem-sucedidas na gestão dos recursos naturais. Esses temas precisam, portanto, avançar para uma abordagem transversal nos órgãos do governo para que o país tenha uma estrutura pública preparada para lidar com uma nova economia verde que está se consolidando em nível global.

2. OBJETIVO DO CURSO

Capacitar servidores públicos para atuarem como agentes da melhoria da gestão de políticas públicas relacionadas à questão ambiental, de forma transversal, reconhecendo os temas de meio ambiente como estruturantes para a agenda de desenvolvimento nacional.

2.1. Objetivos específicos

- Compreender a complexidade do contexto sociopolítico e institucional da relação Estado-Sociedade no Brasil recente, à luz do debate teórico-conceitual sobre o desenvolvimento nacional que aborde a relação entre a área ambiental e grandes investimentos; relação entre infraestrutura e meio ambiente; relação entre custo ambiental e benefícios das políticas sociais e econômicas.
- Assimilar o debate da economia na gestão ambiental, considerando a utilização de instrumentos econômicos e financeiros como suporte no planejamento de políticas públicas ambientais.
- Distinguir as fases do ciclo de gestão de políticas públicas, identificando de forma sistêmica as relações de interdependência que se estabelecem entre elas na gestão de políticas que impactam o meio ambiente.
- Disseminar práticas relacionadas à sustentabilidade e desenvolvimento para além da abordagem setorial da área ambiental do governo federal.
- Identificar oportunidades de aprimoramento das políticas ambientais por meio da interação qualificada entre a área setorial de meio ambiente e as outras áreas do governo.
- Viabilizar programas e planos de ação levando em conta os marcos jurídico-institucionais e normativos de funcionamento da Administração Pública - também considerando aspectos operacionais - e o panorama da agenda de meio ambiente e a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no contexto federativo.

3. PÚBLICO-ALVO

Servidores públicos que trabalham ou tenham interesse em trabalhar com temas relacionados à formulação, implementação e avaliação de políticas públicas que lidem com questões ambientais, considerando as diferentes dimensões da sustentabilidade (ambiental, social e econômica).

4. ESTRUTURA E DURAÇÃO DO CURSO

A carga horária mínima do curso é de 381 horas, a ser cursada em até 15 meses, e está assim distribuída:

- 366 horas de disciplinas obrigatórias
- 12 horas de visitas técnicas para realização de trabalho de campo em órgãos da administração pública. Essa atividade será o foco da disciplina Práticas em gestão pública (D16), mas poderá estar também distribuída entre outras disciplinas, conforme a disponibilidade.

A Enap poderá oferecer até 20% da carga horária total do curso na modalidade a distância (EAD). Também poderão ser oferecidas disciplinas no âmbito dos acordos de cooperação mantidos pela Enap com outras instituições nacionais ou estrangeiras.

Além da carga horária de 366 horas, o aluno terá o prazo de 120 dias para entrega do trabalho de conclusão do curso (TCC).

A carga horária semanal de aulas é de nove horas, distribuídas em três dias da seguinte forma:
- segundas, terças e quartas-feiras no período noturno (das 19h às 22h). Visitas técnicas em horários a serem combinados.

5. PROCESSO SELETIVO

Para ingresso no curso, o candidato deverá ser aprovado em processo seletivo, dentro do número de vagas ofertadas, que contempla duas etapas:

- i) Análise e avaliação curricular;
- ii) Análise de memorial; e
- iii) Entrevista.

As informações utilizadas para a análise e avaliação curricular, de memorial e pré-projeto serão exclusivamente aquelas constantes do formulário de inscrição.

O processo seletivo será conduzido por comissão de seleção integrada por profissionais da Enap e especialistas contratados para esse fim.

O curso será ofertado pela Enap sem ônus para os servidores ou para os órgãos aos quais estão vinculados.

6. REQUISITOS PARA INGRESSO NO CURSO

Para participação no curso é necessário atender aos seguintes requisitos:

- I - ser diplomado em curso superior reconhecido pelo MEC;
- II – ser servidor público federal ocupante de cargo efetivo;
- III – ser empregado público federal concursado;
- IV - ser aprovado em processo seletivo conduzido pela Enap; e
- V - apresentar os documentos necessários para a efetivação da matrícula.

Os empregados públicos concursados que façam parte dos quadros de entidades federais que não recebam recursos da União para pagamento de despesas de pessoal deverão arcar com os custos do curso da especialização que cursarem.

7. METODOLOGIA

A Enap organiza sua oferta formativa tendo como fio condutor o conceito de competência, adotado no sentido proposto por Perrenoud, como sendo a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos, valorativos e atitudinais para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações. A aplicação desse conceito aproxima a educação e o mundo do trabalho. Isso significa que os desafios e requisitos de desempenho do servidor no exercício de seu trabalho fornecem os elementos para o desenho de sua formação profissional.

A competência profissional extrapola o domínio de conceitos. É um conjunto complexo de capacidades, que envolve uma estrutura dinâmica e organizada do pensamento para o exercício da análise, da avaliação e da compreensão do contexto no qual se age, além de habilidades e atitudes oriundas de sua ética e emocionalidade. O desenvolvimento de competências acontece na ação, no enfrentamento de problemas e em interação com o outro,

porque é no exercício da ação que os recursos de capacidades do profissional são combinados e mobilizados. Em outras palavras, somente a vivência produz competências.

É inerente ao exercício das competências que o ator disponha de autonomia e responsabilidade sobre os resultados de sua ação, o que o converte, por essência, em um agente de mudança e de inovação em favor de objetivos.

São valorizadas a capacidade analítica e a capacidade comunicacional como elementos que estão na base das competências do servidor público. Essas capacidades são recursos indispensáveis para que o profissional atue em situações típicas do setor público, marcadas geralmente por complexidade, conflito, escassez de recursos e incerteza.

O Curso de Especialização em Gestão Pública tem como foco o papel profissional do dirigente na gestão das organizações públicas.

A Enap busca contribuir para que os servidores/profissionais públicos desenvolvam competências na ação governamental, comprometidos não só com a eficiência técnica, mas com o significado social do seu papel e com as consequências e as implicações ético-políticas de suas intervenções.

O pressuposto metodológico da competência no desenvolvimento profissional torna insuficiente o modelo da transmissão de conteúdos. Sendo a competência fruto da vivência, os processos pedagógicos orientam-se para a aprendizagem significativa e contextualizada, pela prática e para a prática.

Assim, a Enap adota a metodologia de aprendizagem do ensino-aplicação para a organização dos programas e definição das estratégias didático-pedagógicas.

O ensino-aplicação, metodologia de aprendizagem inspirada no construtivismo educacional, consiste em promover a aprendizagem por meio da aproximação dos alunos, sujeitos de seu aprendizado, às questões e situações concretas da prática governamental, incorporando os saberes que dispõem em função de sua vivência.

Os alunos são levados a analisar, a compreender, a distinguir, a avaliar, utilizando-se de ferramentas de análise, os conceitos e preceitos da administração pública e do seu papel profissional, para (re)elaborar conhecimento sobre o contexto complexo da ação governamental e decidir sobre como agir e interagir em situações concretas.

Para o alcance desses objetivos pedagógicos, várias são as estratégias didáticas: simulações, estudos de caso, oficinas, pesquisas de campo, visitas técnicas, projetos de intervenção, exposição dialogada, perguntas orientadoras, entre outras que estimulem o pensamento reflexivo e crítico. Utiliza-se a diversificação de estratégias didático-pedagógicas dentro de um mesmo programa ou componente curricular, em respeito aos diferentes estilos de aprendizagem; bem como a combinação da aprendizagem individual com a aprendizagem

coletiva, por meio de atividades em grupo que favoreçam a troca de experiências. O professor especialista torna-se antes um facilitador do aprendizado.

Cabe destacar, para este Curso de Especialização, o recurso aos estudos de caso, desenvolvidos pelos docentes ou selecionados na Casoteca de Gestão Pública da ENAP, utilizados para promover a visão integrada das diversas dimensões da gestão, tomando como base as situações concretas. Além disso, serão promovidas visitas técnicas para análise de aspectos da gestão de programas governamentais em órgãos da administração pública.

Ao longo do curso, serão realizadas palestras sobre temas atuais da agenda governamental e painéis de diálogo com dirigentes acerca dos desafios do exercício da liderança nos principais processos de gestão, com o intuito de criar um ambiente propício ao debate e à reflexão sobre os conteúdos aprendidos.

Ao final de cada disciplina, o aproveitamento dos alunos será mensurado por meio de trabalhos ou exercícios avaliativos. Ao término do curso, o aluno deverá entregar um trabalho de conclusão, conforme as normas definidas no Regulamento e de acordo com as orientações da Coordenação-Geral de Especialização.

8. CERTIFICAÇÃO

O concluinte do curso receberá a certificação de Especialista em Gestão de Políticas Ambientais.

Para obtenção da certificação é necessário que o aluno cumpra todas as exigências relativas à frequência, avaliação e aprovação no trabalho de conclusão do curso, definidas nos documentos orientadores e normativos (programa, regulamento e edital de seleção).

9. ESTRUTURA CURRICULAR

Os conteúdos e atividades do curso estão organizados conforme a estrutura abaixo:

CÓD	DISCIPLINA OBRIGATÓRIA	CH
D1	Introdução às ciências ambientais e a emergência do paradigma da sustentabilidade	30h
D2	Direito ambiental	24h
D3	Políticas públicas de meio ambiente	24h
D4	Federalismo e governança ambiental no Brasil	24h
D5	Economia ambiental	24h
D6	Instrumentos de gestão ambiental	30h
D7	Desafios da conservação da biodiversidade no Brasil	30h
D8	Gestão ambiental territorial	18h
D9	Mediação de conflitos socioambientais e controle social em políticas ambientais	24h
D10	Multilateralismo e governança global em meio ambiente	24h
D11	Mudança do clima e desenvolvimento nacional	24h
D12	Análise de dados e métodos quantitativos em gestão ambiental	24h
D13	Avaliação de políticas ambientais	24h
D14	Gerenciamento de projetos	18h
D15	Metodologia de pesquisa	24h
D16	Práticas de Gestão Ambiental	18h
CARGA HORÁRIA TOTAL		384h

10. OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM DAS DISCIPLINAS

D1 - Introdução às ciências ambientais e a emergência do paradigma da sustentabilidade

O objetivo dessa disciplina é instrumentalizar os alunos para que os principais conceitos relacionados à dimensão física da problemática ambiental sejam compreendidos, reconhecidos e aplicados ao longo de todo o curso. Além disso, espera-se apresentar os principais problemas ambientais que vêm comprometendo o desenvolvimento e o bem-estar das sociedades humanas, considerando-os também na realidade brasileira, para identificar ameaças e oportunidades do ponto de vista da gestão de políticas públicas. Ao final da disciplina, espera-se mostrar como o reconhecimento desses problemas levou e tem levado a novas concepções de desenvolvimento e sustentabilidade.

Conteúdo: Apresentação dos fundamentos da ecologia e de outras ciências da natureza. Conceituação e análise dos ciclos biogeofísicos e sua importância para a sustentabilidade. Composição e funcionamento do sistema climático. Principais atributos dos recursos naturais brasileiros (solos, flora, fauna e recursos hídricos). Biomas brasileiros (Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal) e suas principais ameaças ambientais. Conservação, manejo e monitoramento de ecossistemas. Os grandes agentes de alteração da biosfera. Antropoceno e a aceleração das mudanças ambientais. Mudanças climáticas e suas consequências. Mudança de uso da terra e desmatamento em florestas tropicais. Perda de biodiversidade, espécies invasoras e extinção. Os diferentes tipos de poluição. Desequilíbrio dos ciclos biogeoquímicos. Acidificação dos oceanos. Degradação dos solos e desertificação. Análise do debate teórico conceitual sobre desenvolvimento sustentável e meio ambiente. Construção do conceito de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. Debates científicos e mobilização social. Cenários e tendências da dinâmica de populações humanas, agricultura, poluição do ar e da água, biodiversidade, floresta e uso da terra, energia e recursos minerais e substâncias tóxicas.

D2- Direito ambiental

O objetivo dessa disciplina é apresentar o ordenamento jurídico sobre a temática ambiental no Brasil e os principais instrumentos de tutela e controle ambiental, de forma que os alunos possam identificar possibilidades de atuação em políticas públicas por meio das fontes formais do Direito.

Conteúdo: Evolução histórica e o conceito atual de direito ambiental. Princípios do direito

ambiental e o ordenamento ambiental brasileiro. Política Nacional do Meio Ambiente e Sistema Nacional do Meio Ambiente. Poderes da República, atribuições e competência legislativa em matéria ambiental. A Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) e seus instrumentos. Principais normativos ambientais. Tutela civil do ambiente: Responsabilidade civil e reparação do dano ambiental. Tutela administrativa, penal e jurisdicional do ambiente. Direito Ambiental Penal. O meio ambiente artificial, cultural e do trabalho.

D3- Políticas públicas de meio ambiente

O objetivo dessa disciplina é apresentar aos alunos algumas das principais políticas ambientais do Brasil, discutindo seus processos de construção, níveis de implementação e oportunidades de desenvolvimento na interface com outras políticas setoriais.

Conteúdo: História e consolidação dos normativos e políticas públicas ambientais brasileiras. Alguns dos principais normativos ambientais brasileiros, seus desdobramentos e marcos regulatórios: O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC); a Lei de Proteção da Vegetação Nativa (Novo Código Florestal); a Lei de Gestão de Florestas Públicas; a Política Nacional de Recursos Hídricos; a Política Nacional de Mudança do Clima; o Plano ABC; a Política Nacional de Resíduos Sólidos; a Lei da Biodiversidade; o Programa de Apoio à Conservação Ambiental (Bolsa Verde). Seminários e visitas técnicas junto aos gestores para discussão sobre os desafios e oportunidades de cada política.

D4 - Federalismo e governança ambiental no Brasil

O objetivo dessa disciplina é apresentar a responsabilidade dos diferentes órgãos públicos na estrutura federativa, discutindo junto aos alunos as características e consequências da descentralização da agenda pública ambiental no Brasil e a participação da sociedade civil e outros setores em conselhos e instâncias consultivas e deliberativas responsáveis pela implementação de políticas públicas ambientais.

Conteúdo: Federalismo e responsabilidades institucionais. Desafios da democracia diante de seus dilemas representativos, participativos e de controle burocrático. Desafios da governança e gestão e seus problemas de coordenação. Cooperação federativa. Lei Complementar N° 140 e a competência comum na proteção ao meio ambiente. Estrutura e funcionamento do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e outros conselhos. Políticas estaduais e municipais de meio ambiente. Mobilização social na área ambiental.

D5- Economia ambiental

O objetivo dessa disciplina é apresentar aos alunos as teorias e ferramentas econômicas para lidar com a temática ambiental, de forma a provocá-los a internalizar esta dimensão da sustentabilidade nas políticas públicas e instrumentalizá-los para realizar análises de custo benefício das iniciativas que se relacionam com a questão ambiental.

Conteúdo: Abordagens teóricas da economia e meio ambiente. Economia ambiental e economia ecológica. Tipos de sustentabilidade. O conceito de escassez e o limite do crescimento. Bens públicos e a governança dos comuns. Falhas de mercado e as consequências para o meio ambiente. Parametrização dos impactos ambientais e externalidades. Valoração econômica dos recursos naturais. Princípio do poluidor-pagador e pagamentos por serviços ambientais. Novas oportunidades econômicas com base no aproveitamento não predatório dos recursos naturais. Tributos e subsídios ambientais. Concessões florestais, uso da biodiversidade e outras vocações econômicas do capital natural brasileiro.

D6 - Instrumentos de gestão ambiental

O objetivo dessa disciplina é apresentar e discutir os principais instrumentos de gestão ambiental oferecidos pelas políticas públicas brasileiras e discutir junto aos alunos as possibilidades de aplicação de forma transversal na interface com outras políticas setoriais e com iniciativas da sociedade civil e setor privado.

Conteúdo: Análise dos instrumentos e arranjos de gestão ambiental. Principais instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente (padrões de qualidade ambiental, zoneamento ambiental, avaliação de impactos ambientais, licenciamento ambiental, incentivos para melhoria da qualidade ambiental, áreas protegidas, penalidades e responsabilização pelos danos ambientais). Instrumentos econômicos e política tributária (taxas, créditos e subsídios). Financiamento de políticas ambientais (compensação ambiental, fundos, *green bonds*). Exemplos e potenciais dos instrumentos de monitoramento ambiental na implementação do Novo Código Florestal (Cadastro Ambiental Rural e Cotas de Reserva Ambiental). Pagamentos por serviços ambientais e implementação de projetos de cooperação (Fundo Amazônia, REDD+, comitês de bacia e Programa Produtor de Água). Salvaguardas em projetos ambientais. Engajamento do setor privado e arranjos inovadores. Certificação e rastreabilidade das cadeias de custódia.

D7 - Desafios da conservação da biodiversidade no Brasil

O objetivo dessa disciplina é discutir a importância, as oportunidades e os desafios para a conservação da biodiversidade brasileira, observando as características e vantagens

comparativas da sua condição de país megadiverso, suas áreas protegidas e os potenciais desenvolvimentos decorrentes do uso sustentável da biodiversidade.

Conteúdo: Definição de biodiversidade, *hotspots* e principais ameaças no Brasil. Marco regulatório da biodiversidade no Brasil (Convenção da Diversidade Biológica, Política Nacional da Biodiversidade, Lei de Acesso ao Patrimônio Genético). Plataformas e bases de conhecimento (Portal da Biodiversidade, Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira, Plataforma Brasileira de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos). Geopolítica e conflitos pela apropriação da biodiversidade. Uso sustentável da biodiversidade. Populações tradicionais e repartição de benefícios.

D8 - Gestão ambiental territorial

O objetivo dessa disciplina é discutir o desenvolvimento das políticas públicas em uma abordagem espacialmente explícita, apresentando aos alunos os diferentes momentos do desenvolvimento do território nacional e as consequências para o meio ambiente, bem como as oportunidades de desenvolvimento com os instrumentos de gestão territorial atuais.

Conteúdo: Análise de situações e processos de desenvolvimento territorial. Múltiplas escalas de influências. Desenvolvimento regional e planos de desenvolvimento territorial. Ferramentas geoespaciais. Áreas protegidas, Terras Indígenas, Assentamentos e Unidades de conservação. Programa ARPA. Zoneamento ecológico econômico. Compensação ambiental. Áreas rurais e urbanas. Áreas protegidas pelo Código Florestal. Territórios da sociobiodiversidade. Vivência de campo em uma Unidade de Conservação e troca de experiências com gestores e atores locais.

D9 – Mediação de conflitos socioambientais e controle social em políticas ambientais

O objetivo dessa disciplina é apresentar os principais elementos que levam à geração dos conflitos socioambientais, bem como os exemplos de casos bem e mal sucedidos de mediação dos conflitos e os potenciais impactos na implementação de políticas públicas. Espera-se também discutir junto aos alunos o engajamento do terceiro setor e o papel dos instrumentos de controle social nas políticas ambientais.

Conteúdo: Surgimento da questão ambiental e dos conflitos socioambientais. Ecologia Política como abordagem teórica para analisar conflitos socioambientais. Mediação de conflitos e justiça ambiental. Papel dialético do ordenamento jurídico brasileiro como origem e resolução de conflitos socioambientais. Abordagens e exemplos de conflitos socioambientais com diferentes encaminhamentos (deslocamento de populações para grandes obras de

infraestrutura, violência e degradação ambiental decorrente de conflitos fundiários, poluição ambiental em áreas degradadas e periferias). Ferramentas para a disseminação de informações sobre os conflitos socioambientais. Conflitos em Assentamentos. Vivência de campo em uma Unidade de Conservação e troca de experiências com gestores e atores locais. Terceiro setor como mobilizador da sociedade nas questões ambientais. Instrumentos de controle social no Brasil. Exemplos de atuação da sociedade civil. Capacidade de mobilização nacional e internacional. Fóruns de governança privados e pressões de mercado.

D10 - Multilateralismo e governança global em meio ambiente

O objetivo dessa disciplina é apresentar aos alunos o desenvolvimento da temática ambiental por meio da agenda internacional multilateral, cujos desdobramentos têm trazido uma dimensão geopolítica e normativa a ser analisada em função dos desafios e oportunidades para o desenvolvimento nacional.

Conteúdo: Histórico da construção da agenda ambiental na negociação e cooperação multilateral. Os principais acordos internacionais, convenções, protocolos e seus impactos nas políticas públicas nacionais. Sistema ONU (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA). A atuação do Brasil na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC).

D11 - Mudança do clima e desenvolvimento nacional

Espera-se aprofundar junto aos alunos a discussão sobre a mudança do clima, reconhecendo-a como uma das principais arenas de debate e de mudanças nas perspectivas de desenvolvimento das nações e no estabelecimento de novas oportunidades econômicas.

Conteúdo: Aspectos físicos da mudança clima. Emissões dos gases de efeito estufa e os inventários nacionais. Consequências e cenários ambientais, econômicos e sociais para o Brasil. Estratégias de mitigação e adaptação. Compromissos brasileiros nos acordos internacionais e rebatimento nas políticas públicas. Acordo de Copenhague e a Política Nacional de Mudança do Clima (PNMC). Planos setoriais e planos de controle do desmatamento. Estratégia nacional de REDD+. Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima. O Acordo de Paris e as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC). A NDC do Brasil e os compromissos setoriais. Recursos de cooperação (Fundo Amazônia, GFC, GEF, Bancos de Desenvolvimento, cooperações bilaterais). Iniciativas da sociedade civil e setor privado.

D12 - Análise de dados e métodos quantitativos em gestão ambiental

O objetivo dessa disciplina é apresentar aos alunos alguns dos principais métodos quantitativos para organizar e avaliar dados, de forma a subsidiar a tomada de decisão na gestão de políticas ambientais.

Conteúdo: Análise exploratória de dados. Medidas de tendência central, de dispersão e de concentração. Aplicações de análise de regressão simples e múltipla. Quadro de análise de variância. Aplicações estatísticas em temas ambientais. Princípios de matemática financeira. Critérios de avaliação para a valoração ambiental. Princípios de otimização matemática. Programação linear.

D13 - Avaliação de políticas ambientais

Ao final dessa disciplina os alunos deverão realizar análises de políticas públicas que permitam a avaliação da eficiência e eficácia das iniciativas realizadas em âmbito público, buscando o aprimoramento da ação do Estado na área ambiental.

Conteúdo: Conceituação de política pública (*policy*), seus tipos e relações com os processos políticos (*politics*). Distinção entre as principais perspectivas teóricas e modelos de análise no campo. Identificação e problematização das etapas do ciclo das políticas públicas. Discussão sobre os aspectos relacionados à continuidade e mudança das políticas públicas. Mapeamento de instrumentos e processos de articulação e coordenação na construção e análise de arranjos institucionais e avaliação das implicações sobre a implementação e o desempenho de políticas públicas. Compreensão dos desafios da produção de políticas públicas no Brasil contemporâneo. Avaliação das principais políticas e programas de meio ambiente e os sistemas de monitoramento e avaliação estruturados. Novo Código Florestal, Política Nacional de Mudança do Clima, Política Nacional de Recursos Hídricos, Política Nacional de Resíduos Sólidos. Políticas estaduais e municipais. Indicadores do Desenvolvimento Sustentável. Painel Nacional de Indicadores Ambientais (PNIA).

D14 - Gerenciamento de projetos

O objetivo dessa disciplina é capacitar os alunos em métodos para a elaboração, gestão e avaliação de projetos de forma a desenvolver habilidades para a organização de atividades relacionadas a um conjunto de objetivos pré-definidos, com prazos determinados, com critérios de custo e qualidade, por meio da mobilização de recursos técnicos e humanos para o atingimento de resultados com foco em políticas ambientais.

Conteúdo: Fundamentos do gerenciamento de projetos. Gestão de aquisições e custos em projetos. Gestão da qualidade, escopo e pessoas em projetos. Gestão da comunicação e *stakeholders* em projetos. Gestão de riscos e análise da viabilidade de projetos.

D15 - Metodologia de pesquisa

Ao final da disciplina, o aluno deverá ser capaz de elaborar um projeto contendo os elementos inerentes ao trabalho científico; aplicar as normas e padrões de trabalhos de pós-graduação *lato sensu*; e definir objetos de pesquisa a serem desenvolvidos como artigos científicos ou projetos de intervenção que possibilitem a realização do estudo aplicado.

Conteúdo: Estudo do processo de construção do conhecimento científico; o raciocínio lógico-científico no desenvolvimento de um artigo científico; a elaboração de projeto de pesquisa e de trabalho técnico-científico; as regras da redação científica e normas e padrões de trabalhos de pós-graduação *lato sensu*, conforme as normas da ABNT aplicáveis.

D16 – Práticas de gestão ambiental

Identificar a relação entre os conteúdos ministrados nas diversas disciplinas do curso e sua aplicabilidade prática na gestão de políticas ambientais; analisar criticamente as ações nesse campo, de modo a desenvolver uma visão global dos desafios enfrentados pelos gestores em se tratando das questões ambientais;

11. SUGESTÃO DE DOCENTES

CÓD	DISCIPLINA	NOME (OPÇÕES)	INSTITUIÇÃO	CONTATO
D1	Introdução às ciências ambientais e a emergência do paradigma da sustentabilidade	Luiz Felipe Salemi	FUP/UnB	piposalemi@gmail.com
		Claudio Pádua	ESCAS/IPÊ	cpadua@ipe.org.br
D2	Direito ambiental	Gabriela Garcia Batista Lima	FD/UnB	gblima@gmail.com
D3	Políticas públicas de meio ambiente	Gabriel Lui	MMA	ghlui@yahoo.com.br
D4	Federalismo e governança ambiental no Brasil	Jair Schmitt	MMA	jair.schmitt@gmail.com
D5	Economia ambiental	Jorge Madeira Nogueira	FACE/UnB	jmn0702@gmail.com
D6	Instrumentos de gestão ambiental	Juliano Assunção	PUC-Rio	juliano.assuncao@cpirio.org
D7	Desafios da conservação da biodiversidade no Brasil	Carlos Scaramuzza	Consultor	cscaramuzza@gmail.com
		Roberto Cavalcanti	IB/UnB	rbcav@unb.br
D8	Gestão ambiental territorial	Ariel Pares	MCidades	ariel.pares@gmail.com
D9	Mediação de conflitos socioambientais e	Renato Morgado	Imaflora	renato@imaflora.org

	controle social em políticas ambientais	Adriana Ramos	ISA	adriana@socioambiental.org
D10	Multilateralismo e governança global em meio ambiente	Samuel Pinheiro Guimarães	MRE	samuelpgn@uol.com.br
		Bráulio Dias	IB/UnB	bfsdias@terra.com.br
D11	Mudança do clima e desenvolvimento nacional	Carlos Klink	IB/UnB	carlosklink@gmail.com
		Thelma Krug	INPE	thelmakrug@dir.inpe.br
		Thiago Mendes	MMA	thiagomendes81@gmail.com
D12	Avaliação de políticas ambientais	Paulo Jannuzzi	IBGE	paulo.jannuzzi@ibge.gov.br
D13	Métodos quantitativos em Gestão Ambiental	Luiz Carlos Estraviz Rodrigues	ESALQ/USP	lcer@usp.br
D14	Gerenciamento de projetos	Andréa Zimmerman		
D15	Metodologia de pesquisa	VER ENAP		